

A QUESTÃO DO PARTIDO LENINISTA HOJE

A) A TAREFA LENINISTA DE ATUALIZAR A TEORIA LENINISTA DE PARTIDO

I

A teoria leninista do partido de vanguarda sofreu as mesmas dificuldades da filosofia marxista, em geral, em face das deformações, limitações e dos verdadeiros retrocessos teóricos, originários da liderança mundial do PCUS e do pesado fardo neo-positivista, herdado pelo marxismo erguido à condição de filosofia de Estado.

As respostas dadas pelos revolucionários pequeno-burgueses em escala mundial, à degenerescência dos partidos comunistas do ocidente, refutaram e abandonaram as teses centrais do leninismo, organizando-se e desenvolvendo ações revolucionárias, com maior ou menor sucesso, através de estruturas orgânicas das mais diversas.

O foquismo, por exemplo, exigia a formação simultânea do Exército e do Partido como um todo único voltado imediatamente para a luta armada. As "brigadas" e "frações" revolucionárias da Europa Ocidental - resultados geométricos da indignação da juventude perante o capitalismo monopolista e o cretinismo do parlamento burguês - não conseguiram elevar-se da condição de simples movimentos terroristas, desvinculados das mais elementares lutas proletárias e com métodos que inclusive em diversas oportunidades despertaram indignação nas

nas massas que diziam representar.

Os pesados aparelhos do PCs tradicionais, seja no seu corte "m-l", seja nas suas versões pró-soviéticas, ou integraram-se em escala mundial na democracia dos monopólios, ou simplesmente não conseguiram passar -como no caso dos "m-l"- de pequenos agrupamentos sem ligação com a classe operária e de escasso nível teórico; com seus quadros e militantes sem qualquer preparo para enfrentar as questões mais importantes do nosso tempo, na política, na cultura, na filosofia, na ética ou mesmo nos costumes.

As lutas revolucionárias e nacionais-democráticas que ainda se processam ou se processaram, dão-se ou deram-se em condições extremamente peculiares, como em Cuba, Moçambique, El Salvador e Nicarágua, para citar apenas algumas delas. As organizações políticas que chefiaram estas revoluções, ou não se adequam às necessidades e às exigências colocadas pelos países capitalistas com alto grau de concentração proletária e com o nível de desenvolvimento capitalista elevado (em condições modernas e sofisticadas como é o caso do Brasil) ou responderam a situações conjunturais atípicas e irrepetíveis do ponto de vista histórico.

As correntes, organizações ou tendências trotskistas, por seu turno, também não estiveram à altura da tarefa histórica de construir uma referência orgânica em qualquer lugar do mundo, que servisse de ponto de partida ou de exemplo de como deve estruturar-se um moderno partido revolucionário. É verdade, porém, face à paralisia teórica das vertentes tradicionais, que foram os intelectuais trotskistas que mais se propuseram a pensar e a debater a questão do partido revolucionário, embora sem atentar para as profundas transformações ocorridas desde a década de 40, não só no que se refere às condições objetivas que vive o proletariado moderno, mas também'

no que diz respeito ao tipo de hegemonia hoje exercido pela burguesia monopolista em escala mundial.

II

Convém deixar claro que os debates sobre a teoria do Partido revolucionário, bem como as diversas teorias e embates filosóficos e ideológicos, que precederam outubro de 17, envolveram uma gama privilegiada das melhores cabeças do pensamento social europeu.

Os intelectuais revolucionários russos, apenas para exemplificar, eram homens dotados de grande cultura geral, todos com livros, artigos, opúsculos publicados, numa situação em que fervilhavam as idéias e aguçava-se a luta de classes de uma forma extraordinariamente radicalizada. Lenin, Trotsky, Dan, Bukharin, Martov, Bogdanov, Gorki, Plekanov, Lunatcharski, Roskov, Manuilski e tantas outras brilhantes figuras compunham uma galeria respeitável das melhores cabeças européias. Kautsky, Parvus e Rosa Luxemburgo, por seu turno, não eram, na revolução alemã, menos importantes ou menos cultos e preparados. Mas está fora de dúvida que os debates teóricos mais pertinentes e profundos ocorriam na Rússia; sobre a natureza da revolução, sobre a tática, sobre a formação social russa, sobre os embates cotidianos da política, sobre a concepção de Partido. Estes debates legaram para a revolução mundial um grandioso e imperecível exemplo.

A "história oficial" dos manuais soviéticos, com suas galerias de heróis e traidores e onde Lenin e os bolcheviques aparecem como encarnação da verdade absoluta, trouxe prejuízos irreparáveis. Não só pelos preconceitos que gerou contra qualquer teórico ou estu-

dioso de outra extração, como também pelas falsificações grosseiras que contém contra qualquer personalidade que, em algum momento, tivesse uma divergência de fundo com os bolcheviques ou simplesmente com Lenin. As "reabilitações" que se sucederam, sem maiores análises ou qualquer autocrítica, provam esta afirmativa e demonstram a forma irresponsável que tais manuais tratam a teoria.

Embora não fosse o mais culto e mesmo o mais preparado filosoficamente (Bogdanov era mais culto que ele e Bukhárin era mais "filósofo"), Lenin foi uma figura fundamental e extraordinariamente importante em todo este ciclo histórico. E isso é evidente por dois motivos: em primeiro lugar, porque sua obra e sua atividade gestaram, pela primeira vez na história, os traços mais importantes da política proletária, enquanto política independente e revolucionária; em segundo lugar, porque da sua obra e da sua atividade nasceram as bases de uma concepção organizativa e partidária, destinada a ser instrumento da revolução proletária e expressão ofensiva da consciência proletária e revolucionária.

Mas o endeusamento de todas as afirmativas de Lenin e a incompreensão de que a sua teoria só seria "leninista" se fosse permanentemente adequada às mudanças na luta de classes, burocratizaram sua concepção de Partido e representam, na prática, um verdadeiro abandono do leninismo, que sempre se caracterizou por buscar respostas concretas a situações concretas.

Em 1907, em um prefácio a uma edição do "Que fazer?" (1902), Lenin escrevera: "O erro central dos que polemizam hoje contra o "Que fazer?" consiste em isolar esta obra da situação política histórica determinada em que ela nasceu (...) "Que fazer?" é um resumo da tática do Iskra e da sua política de organização dos anos de 1901 e 1902 (...) Julgar este resumo sem conhecer e sem compreen

der a luta do Iskra contra o economicismo então preponderante, é simplesmente falar para as moscas". (1).

A tarefa leninista, pois, de atualizar a teoria leninista de Partido coloca-se hoje mais do que nunca. Não basta "O que fazer?", as orientações das "Duas táticas" e as lições do "Por onde ' começar". É preciso refletir com o mesmo grau de radicalidade que ' Lenin refletiu sobre a realidade russa, sem deixar de lado o que de universal ele nos legou, para responder a uma outra época e a outras necessidades.

B) OS TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA LENINISTA E A ATUALIDADE

I

As idéias dominantes numa sociedade determinada são as idéias das suas classes dominantes. Esta verdade, contida na obra ' de Marx, segue tão atual como na época em que foi escrita. Só que a sua atualidade dá-se ainda de forma mais completa e complexa do que se dava no século 19. A difusão da ideologia da classe dominante é mais abrangente pelo rádio, pela TV, pelo cinema; é mais rápida e mais eficaz; é mais profunda e mais manipulatória; mais diretamente integrada nas necessidades do processo produtivo e mais radicalmente alienante.

Aos instrumentos que a burguesia contava no início do século foram agregados outros mais potentes, compatíveis com a profundidade do processo de alienação, exacerbado pelo capitalismo monopolista: à alienação pelo trabalho aderiu uma forma complementar' e igualmente doentia da alienação no consumo -a "religião dos meios"

como bem lembrou Garaudy (2) - que se configura hoje como uma busca permanente e quase psicótica de "aquisição de meios sem fins".

O estreitamento dos mercados consumidores, dada a incapacidade do capitalismo monopolista para melhorar o nível de vida das massas, obriga a que os mesmos compradores se sucedam na aquisição de bens que não tem outra finalidade senão reproduzir o irracionalismo da economia capitalista. O estatuto extraordinariamente importante que adquiriu a publicidade moderna, como instrumento de alienação, compõe o próprio mundo ideológico das grandes massas e exige uma atenção maior e estruturas internas do P. mais direcionadas e especializadas, para este enfrentamento.

O avanço científico, a capacidade de armazenar informações e conhecimento, a adesão das tecnologias modernas ao ensino elitizado, a facilidade de comunicar conquistas científicas e culturais, acentuam aquilo que Pannekoek designou como "fator de poder", em face da "superioridade espiritual da minoria dominante" (3).

A realização da hegemonia burguesa, neste quadro, integra diretamente as necessidades do processo produtivo e deve ser entendida como mais abrangente do que as profundas reflexões de Gramsci: ela além de gerar e repor a direção/dominação da burguesia, reproduz amplamente psicologias sensíveis -coletivas e individuais - cada vez mais adequadas ao consumo manipulado, aprofundando o processo alienante a que estão submetidas as massas e acentuando as suas deformidades espirituais e morais.

O proletariado, como não poderia deixar de ser, é uma das classes que sofre integralmente estes impactos do consumo e as consequências do sistema hegemônico. A alienação do proletariado, porém, dá-se sob condições que, conjugadas e tratadas através de

uma atividade politicamente organizada, podem reverter em grandes ações de inconformidade política e de resistência à exploração.

Em primeiro lugar, diferentemente das demais classes e frações, o proletariado participa do processo produtivo através de uma relação mais orgânica e necessariamente mais disciplinada no interior da fábrica moderna atual do que no início do século. Em segundo lugar, a modernização e o barateamento dos meios, pelos quais flui o sistema hegemônico, possibilitam a que as organizações operárias se apropriem destes meios e ampliem, proporcionalmente ao início do século, aquela parte da classe que potencialmente poderá ser a sua vanguarda. Em terceiro lugar, os grandes aglomerados urbano-industriais potencializam uma classe operária que, nos momentos de luta aguda "impessoaliza-se", cada vez mais, nos confrontos com a repressão, pois os indivíduos ficam mais facilmente mergulhados no movimento das grandes massas, portanto, tendencialmente mais seguros e mais "irresponsáveis".

II

O Partido leninista surgiu das premissas orgânicas objetivas da fábrica da segunda revolução industrial e é a manifestação consciente da necessidade de um novo tipo de interferência política apenas intuída por Marx e Engels, a partir do Manifesto de 48.

Para que se veja a atualidade dos traços fundamentais do bolchevismo é necessário que recordemos: a) o Partido leninista é o partido que se constrói com a dissolução dos círculos e das organizações locais e regionais e cria uma estrutura unificada sob uma direção central (4); b) o Partido atua na luta de classes e funciona internamente com base nos princípios do centralismo democrático, sendo

o centralismo uma forma de fazer fluir a democracia, pois através dele é possível assegurar o cumprimento das decisões da maioria, votadas em Congresso, subordinando a minoria na ação política e atuando de maneira uniforme sobre uma determinada realidade política; c) os membros do Partido são aqueles que participam, pessoalmente, em uma das suas organizações, não bastando que simplesmente estejam sob direção de qualquer delas; d) o tipo ideal de militante do Partido é o revolucionário profissional, ou seja, aquele que subordina a sua vida pessoal aos interesses do Partido e da revolução proletária; e) o Partido é o meio pelo qual flui a universalidade da teoria revolucionária, criada pela cultura da humanidade e pela prática espontânea do proletariado, sendo divulgada, ordinariamente, por intelectuais revolucionários para fundir-se com o movimento espontâneo da classe operária, instituindo, assim, o movimento revolucionário socialista.

Gramsci denominou o Partido de "intelectual coletivo da classe operária". A função pedagógica do Partido é, sem dúvida, um dos seus aspectos mais importantes e esta contribuição do admirável revolucionário italiano não pode ser, em nenhuma hipótese, desconsiderada. Para Lukács (5) a organização (e neste sentido, como organização, o Partido) "é a forma de mediação entre a teoria e a prática", "o primeiro passo consciente ao reino da liberdade" (6), logo o sujeito político-prático que representa "não já o proletariado 'em si', dominado econômica, política e ideologicamente, mas o proletariado 'para si', consciente do lugar que ocupa no processo de produção e dos seus próprios interesses de classe" (7).

Historicamente o Partido é, pois, a organicidade conscientemente fundada para opor-se à fatalidade histórica de que a ideologia dominante, também junto à classe operária, é a ideologia da classe dominante, sendo, por isso, constituído por uma minoria de classe' e cujo objetivo político é alcançar a condição de vanguarda da totalidade da classe operária na luta pela revolução socialista.

Como categoria filosófica o Partido é o sujeito de uma ação consciente da classe operária contra a alienação que lhe é imposta pelo modo de produção capitalista e cuja desalienação deve passar, inevitavelmente, pela política revolucionária de toda a classe, em busca do poder político.

III

Sem dúvida é necessário adequar os traços fundamentais do Partido leninista, em face das características mais evidentes do capitalismo monopolista, já enunciadas.

a) A exacerbação da alienação pelo consumo e a maior fluidez do sistema hegemônico, que se dão num quadro cada vez mais manipulado pelos modernos meios de comunicação, produzem uma interpenetração ainda maior das ideologias das classes sociais.

Os hábitos, os fetiches e os costumes burgueses tendem a dissolver e agredir mais fortemente a embrionária ideologia proletária, que existe originariamente em cada indivíduo proletário pela sua simples inserção no processo produtivo. Se, de uma parte, a vanguarda pode e deve ser proporcionalmente maior, em relação à dimensão de toda a classe (do que era na época de Lenin), por outro lado, ela deve ser ainda mais orgânica do que era antes, não no sentido meramente disciplinar, mas no sentido de contrapor-se de forma mais coesa, do ponto de vista ideológico e cultural à hegemonia burguesa.

O Partido no seu conjunto necessariamente deve ser, hoje, conhecedor de um mínimo da cultura burguesa; para dominá-la criticamente nos seus aspectos mais importantes, visando criar no âmbito da vanguarda proletária e de milhares de operários avançados já os alicerces

de uma nova cultura ideologicamente compatível com a situação histórica da classe operária; para que esta cultura seja radicalmente crítica do capitalismo em todos os seus níveis; para que tenha como eixo a defesa de valores completamente opostos aos oriundos da concorrência do egoísmo, da exploração e da acumulação.

Sem esta ofensividade será difícil atrair para as nossas fileiras os operários mais avançados e será impossível criar uma verdadeira vanguarda da classe. O Partido deve então acentuar a sua condição de instituição proletária com finalidades pedagógicas, porque a intensidade do massacre ideológico sobre as massas aperfeiçoou-se na época atual.

b) A centralização da ação política do Partido, para responder a uma dominação cada vez mais homogênea, das classes dominantes, estas cada vez mais tuteladas na sua ação política pelos monopólios, permanece inteiramente atual.

Mas ela será mera formalidade estatutária se não responder logo a duas questões colocadas pelo capitalismo monopolista: 1) dada a necessidade permanente de iniciativas políticas e econômicas da burguesia, para domar a cada vez mais acentuada irracionalidade do capitalismo, neste período histórico, como responder sempre e de imediato às suas iniciativas sem que as nossas posições fiquem totalmente desatualizadas? 2) Como compatibilizar a democracia interna com a flexibilidade que deve ter uma direção, hoje, para mudar a linha da maioria, que foi soterrada pela velocidade das mudanças políticas e econômicas?

A primeira vista tal situação só reforça a autoridade do Comitê Central e desqualifica as decisões do Congresso como instância última de representação do coletivo. Tal fenômeno, aliás ainda não estudado com seriedade, é uma das causas mais importantes do burocratismo e da suposta falência do leninismo, bem como inconscientemente está na ba-

se do fetiche da "democracia interna", sustentada por simples equivocados ou por opositores do leninismo.

Opor a "democracia interna" ao momento da centralização política é não compreender o centralismo como efetivo instrumento da realização da democracia, assegurada pelo funcionamento regular das instâncias partidárias; na verdade é opor o indivíduo isolado ao Partido, como se, entre eles, houvesse um "contrato moral", ou seja, um feixe de direitos e obrigações entre duas "partes", como no Direito Burguês; é não compreender a relação partido-militante como uma adesão consciente do indivíduo a um projeto revolucionário, adesão esta em que os direitos individuais -no plano da ação política- só podem se afirmar enquanto direitos da maioria.

As duas perguntas só podem ser respondidas, pois, de uma forma desdobrada nas seguintes afirmativas: em primeiro lugar, politicamente, as resoluções do centro devem ter em conta esta nova etapa da dominação burguesa e alcançar um grau de generalidade que verdadeiramente oriente as instâncias inferiores e não simplesmente as instrua, como faz um boletim de quartel; em segundo lugar, uma questão técnica, ou seja, o P. deve dispor de mecanismos modernos de comunicação interna, que tornem as relações entre as instâncias e entre os dirigentes, compatíveis com a mobilidade e a agilidade da política contemporânea.

Sem ter claras estas exigências políticas e técnicas a centralização será puro exercício de autoridade e não expressão da vontade coletiva organizada.

c) É necessária uma teoria do revolucionário profissional, compatível com a época em que vivemos e que seja coerente com a

intervenção do Partido em todos os domínios da vida social.

Lenin insistia na polêmica com os mencheviques numa característica essencial do Partido de vanguarda, no que se refere a sua composição interna, sustentando a tendência de que ele se tornasse uma organização de revolucionários profissionais.

Particularmente em relação aos operários, defendia que os mesmos deveriam ampliar seus horizontes, escurecidos pela rotina da fábrica e se deslocassem para outras regiões, conhecessem outras realidades políticas, bem como rompessem com o espírito provinciano que era característico do campesinato russo, herdado pelos seus operários mais recentemente socializados pelo desenvolvimento capitalista (8).

Por outro lado, na contradição que emergia do vínculo de classe dos revolucionários (por exemplo, entre os estudantes e os operários (9)) Lenin argumentava que a dissolução das fronteiras de classe entre eles, dar-se-ia pelo tipo "revolucionário profissional" a ser criado, como homens de Partido que integrariam de maneira uniforme o aparelho . Que alargariam seus horizontes além da mesquinha visão do "senso comum " das suas classes, passando a compreender a política como uma relação com a totalidade da sociedade, com a luta política de classes, como integrantes de um exército que iria em "todas as direções".

Como é hoje o revolucionário profissional? Qual é o tipo' que corresponde, na atualidade, ao revolucionário projetado por Lenin ? Como é aquele que supera a estreita visão do cotidiano das lutas econômicas e universaliza-se enquanto indivíduo, sabendo ir em todas as direções e encontrando, não só as mesmas questões de ontem, mas também questões políticas, ideológicas e culturais cada vez mais complexas?

Em primeiro lugar, convém dizer que ele é o antípoda de um ser monástico e misterioso, que se espanta perante a luta pelo confor

to que integra hoje a visão de mundo do operário médio, perante as lutas pelo reconhecimento dos direitos sexuais e que não compreende, por exemplo, a crescente importância das lutas ecológicas e contra a corrida armamentista.

Em segundo lugar ele, como profissional, tanto pode ser um quadro interno sustentado pelo Partido, bem como pode ser um militante que consegue um excelente emprego num centro de computação do Estado ou de um grande banco, para ali realizar um trabalho político; pode ser um alto executivo de uma empresa, que deve ser preservado enquanto tal, por necessidades econômicas ou táticas do Partido; ou, ainda, um intelectual oficialmente "sem partido" para trabalhar mais eficazmente pelo Partido; ou quem sabe um alto profissional em computação, para tratar das ligações internas do Partido, ou um estudante revolucionário, um jornalista "não assumido" estrategicamente colocado na redação de um grande diário; e certamente será um operário - e precisamos de milhares deles - que ficou mantido, ou não, na produção de acordo com as necessidades de construção partidária. Hoje precisamos um sem número de "tipos" de revolucionários, que atendam a complexidade da luta de classes e a variedade das tarefas políticas mais urgentes.

Precisamos entender e socializar o entendimento que não podem haver "profissionais" e "não profissionais", mas simplesmente militantes e quadros que são, ou não, sustentados pelo Partido, de acordo com as possibilidades econômicas e/ou as nossas necessidades políticas, sob pena de termos duas classes de integrantes da organização partidária e termos (como temos hoje) níveis diversos de responsabilidade perante a luta de classes.

De outra parte é preciso, inclusive, que criemos um nível de vida para os nossos quadros e militantes, pagos pelo Partido, superior ao de um operário especializado e idêntico ao de um executivo médio (em torno de 700 dólares mensais), dando a eles condições de a-

cesso à cultura e a um nível de vida, no qual não estejam submetidos a pressões econômicas e possam usufruir, desde os meios de deslocamento e comunicação modernos, até o direito de ter uma biblioteca minimamente organizada.

A diversidade de frentes na luta de classes, hoje, é mais vasta do que era na época de Lenin e a importância de algumas destas frentes é um fato completamente novo. É impossível deixar de admitir que a superioridade em meios, com o avanço tecnológico dos últimos 50 anos (proporcionalmente à imprensa escrita e radiofonizada até os anos 40) deu uma longa margem de vantagem à burguesia, no que se refere à dominação ideológica, nos dias que correm.

Esta superioridade tornou-se mais dramática, à medida que os revolucionários comunistas não enfrentaram as formas concretas de compensar a desigualdade, nem teorizaram sobre as formas políticas modernas de realizar o combate ideológico que reproduz a hegemonia burguesa de forma cada vez mais aperfeiçoada.

O que fizeram os comunistas em relação à TV, à difusão do cinema até os recantos mais remotos, em relação aos vídeos, aos grupos monopólicos de informação, a não ser as velhas "infiltrações" aqui e ali, sem qualquer política determinada? Qual o impacto que este progresso teve no nosso conceito de militância e na própria estrutura partidária? Nenhum. Na verdade isso não se deve apenas à crise do movimento comunista, mas também a uma ausência de uma compreensão radical do que é o artesanato na época da democracia dos monopólios.

O "leninismo" da época dos folhetos deixa de ser leninismo ao não captar estas espetaculares mudanças no processo pelo qual as classes dominantes mantêm a sua hegemonia e o seu poder político. É preciso criar no Partido, não só organismos previstos estatutariamente

para lidar com estas novas realidades, bem como criar estruturas fundadas pelo Partido (também previstas nos estatutos como estruturas intermediárias) para influenciar e interferir nestes instrumentos de difusão e ampliação da hegemonia burguesa, preparando inclusive referências políticas do Partido, nos mais diversos níveis, para atuar incisivamente' nesta disputa.

Se é verdade que deveremos multiplicar nossos revolucionários de "tempo integral", dirigidos para o trabalho operário de fábrica, ou em instâncias legais de formação e de educação de quadros e militantes voltados para o trabalho operário, não devemos ter qualquer vacilação em especializar um grande número de quadros e militantes, estruturados em organismos especiais para atuar sobre os instrumentos modernos da hegemonia burguesa, não só implantando uma política especial e determinada, para estes instrumentos, mas também para planejar e organizar a criação de referenciais de massas, que possam intervir através deles. ' Não intervir diretamente sobre estes instrumentos, não ter uma política apropriada para eles, não criar amplos referenciais de massas com acesso a estes instrumentos é, na verdade, reproduzir uma política de ' círculos ou, na melhor das hipóteses, limitar-se a uma forma artesanal' de enfrentamento.

C) A LUTA CONTRA A ESPONTANEIDADE E O PARLAMENTARISMO

I

a) Rosa Luxemburgo, a par de todos os legados teóricos ' que deixou ao movimento comunista (como a extremamente atual defesa da necessidade de politizar os interesses cotidianos e as necessidades dos homens para dar fundamento real à consciência de classe) (10), teve mo-

mentos equivocados muito esclarecedores, contrapostos à teoria leninista da política e da organização, que devem ser rememorados para poder, inclusive, saber assimilar as suas contribuições.

Em primeiro lugar, do ponto de vista organizativo, a defesa formulada por Rosa de que a social-democracia (o movimento socialista na época) como partido era o "refúgio natural de todos os elementos insatisfeitos", "partido de todo o povo" (11); em segundo lugar, a defesa aberta do espontaneísmo enquanto método de luta, defendendo que as "grandes linhas", a tática de luta da social-democracia, não devem, em geral, ser 'inventadas', é o resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes, com frequência espontânea, que busca o seu caminho" (12). O Lukács de 1921, que mais tarde corrige-se, adere sem reservas a esta posição a ponto de, num prefácio do "Greve de Massas", de Rosa, fazer a melhor síntese daquelas posições, levando-as as suas últimas consequências: "A organização não é uma premissa...mas a consequência da greve de massas e, deste modo, da revolução". (13).

É preciso deixar claro, porém, que a posição de Lenin sobre as relações entre a consciência e a espontaneidade, que embasava a sua teoria de Partido, nada tem a ver com as posturas burocráticas e oportunistas dos PCs tradicionais, que querem "domar" as massas para submetê-las ao seu permanente jogo parlamentar-eleitoral. Na posição de Lenin, no centro da sua teoria está a proposição (14) "de que o Partido é necessário como instrumento de centralização política. Sem um instrumento deste tipo todas as lutas fragmentárias, experiências setoriais e perspectivas parciais dos diferentes estratos das massas, não podem ser fundidas num assalto revolucionário vitorioso à sociedade capitalista, que tem no Estado Burguês seu próprio órgão de centralização, seu órgão de combate".

Dáí Lenin ver na espontaneidade o elemento embrionário ' da consciência -como o ser vivo já está no embrião- e diferenciar "uma espontaneidade confusa e submetida, de uma espontaneidade fecundada' pelas lutas da vanguarda; uma experiência espontânea das massas, que permanece no terreno do sistema, de uma experiência prática que extrai seu sentido da presença de uma vanguarda". (15).

Outro texto de Lenin ("Doença infantil ..."), em 1920, desautoriza a tese de que a divergência de Lenin com Rosa Luxemburgo fosse porque este subestimava ou desprezava o elemento espontâneo (16): "A história, em geral, e a história das revoluções, em particular, são sempre mais ricas de conteúdo, mais variadas, mais multilaterais, mais vivas, mais 'astutas' do que podem imaginar os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. E isto é compreensível, porque as melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, as paixões, a fantasia de dezenas de milhares de homens, mas a revolução é realizada em um momento de ímpeto excepcional e de extraordinária tensão de todas as faculdades humanas, é realizada pela consciência, pela vontade, pela paixão, pela fantasia de várias dezenas de milhões de homens, estimulados pela mais áspera luta de classe".

O Partido para Lenin é, pois, um sujeito político oposto à espontaneidade, mas também e sobretudo um sujeito político que alimenta as suas iniciativas e elabora suas táticas tendo em conta a espontaneidade das massas e considerando que ela é o elemento embrionário da consciência, que só existirá plenamente no decurso das grandes ações políticas da luta de classes, quando for colocado em questão o poder político e a legitimidade do Estado Burguês. A consciência de classe não ' surge simplesmente como um momento de "revelação" para cada indivíduo ' em particular, de forma evolutiva, como se ela fosse uma simples decorrência da cultura ou do conhecimento; mas surge por saltos, em momentos' muito especiais de altas tensões políticas e amplas mobilizações prole-

tárias.

II

b) Karl Kautsky num artigo publicado no ano de 1912 (17) faz uma síntese perfeita do que hoje seria o mais acabado cretinismo parlamentar. Hoje o "parlamentarismo" (aqui tomado na forma clássica, ou seja a defesa do parlamento burguês como arma estratégica para o proletariado assumir o poder político) é mais refinado. Coloca-se de maneira mais sofisticada, ou a partir da superestimação da importância das reformas, como na França e na Itália; ou como primeiro passo (sempre adiado o segundo !) para elevar a consciência das massas, como fazem os PCs tradicionais latino-americanos; ou ainda é defendido com base nos dois argumentos combinados, com maior ou menor peso para cada um, segundo as características políticas do país em questão.

Vejamos o texto de Kautsky: "De onde vem a chamada de cadência do parlamentarismo? O fracasso crescente dos parlamentos em sua tarefa legislativa não se deve a que seu mecanismo se tornou incapaz de realizar grandes esforços legislativos, mas a que os partidos burgueses, que hoje conformam as suas maiorias, perderam todo o interesse em tais esforços".

Esta forma "bruta" de oportunismo hoje apresenta-se , ou como prática política empírica de partidos com vínculos maiores ou menores com o proletariado (sem deixarem de usar furibundos argumentos contra o parlamentarismo) ou se apresenta como suporte assumido na defesa da transição ao socialismo através da via democrático-burguesa, por sucessivas reformas sociais.

Trata-se, para um partido leninista à altura da situação histórica presente, de compreender o seguinte: o parlamento burguês creceu de importância para os revolucionários porque ele é ainda mais eficaz, ainda que de forma diversa, do que era na época de Lenin. Sua eficácia vem do fato de que ele pode se tornar um instrumento fundamental no processo manipulatório, usados os meios modernos de comunicação e também porque, modernamente, cedendo cada vez mais aos executivos "fortes", tem de a se tornar um respaldo cada vez mais importante para a ditadura do capital, sobre o qual as massas são levadas a depositar as suas esperanças sempre adiadas.

O parlamento burguês, ou é combatido para estimular nas massas o desprezo pela "política", ou é indicado como a única via legítima para mudar a sociedade. Este jogo dúplice integra a tática dos monopólios e caracteriza, em última instância, a posição que as classes dominantes assumem no processo democrático-burguês na época da democracia dos monopólios.

Ao contrário do que sustentam os teóricos acadêmicos não há uma "crise" do parlamento burguês, pois isso seria admitir que ele retomará as suas funções originárias, pelas quais ele praticamente co-governava com os executivos. O que há é a adaptação do parlamento burguês a uma época em que os monopólios exigem menos mediações, para as suas necessidades econômicas.

A tendência do Estado Burguês é adequar-se, através do executivo, para soluções rápidas, iniciativas ágeis, posturas ofensivas, reservando ao parlamento as questões menos importantes no exercício da ditadura do capital. Daí sua tendência crescente em se tornar cada vez mais um espectro da democracia burguesa e crescentemente um aprimorado instrumento de manipulação político-ideológica. Se o seu desmascaramento estratégico era antes uma exigência, hoje ele se coloca como uma que

tão que agrega uma outra importância: é uma instituição mais amplamente necessária para reproduzir a hegemonia -por carecer inclusive de finalidades próprias- e por isso, também, instrumento capaz de reproduzir a resistência à ideologia dominante.

Abordadas as duas questões -parlamentarismo e espontaneidade- vamos localizar onde ambas se relacionam.

III

A maneira mais nova e atraente de defender de forma enviesada o parlamentarismo é capitular perante a questão organizativa. Deixar de defender a organicidade da vanguarda, que visa incidir sobre a espontaneidade, e deixar de disputar na luta política a consciência das grandes massas, para assaltar revolucionariamente o Estado Burguês leva, na prática, inevitavelmente, ao parlamentarismo. Leva à superestimação das reformas e à incompreensão de que o parlamento burguês -por que cresceu de importância como instrumento de hegemonia- tornou-se um terreno ainda mais privilegiado, para a disputa revolucionária com a ideologia das classes dominantes, e a instituição sobre a qual os comunistas devem levar uma política mais radical, mas que deve ser ainda mais especialmente mediada, visando criar referências de massas alternativas às criadas pelas classes dominantes e buscando, além de expressar as lutas cotidianas e as lutas políticas das massas, abrir grandes disputas no plano da ideologia.

Responder à necessidade de construir um Partido que tenha a compreensão da maior importância do parlamento burguês, hoje, e que, ao mesmo tempo, estruture-se como vanguarda revolucionária que tem por certo o inevitável confronto para a disputa do poder político

é um desafio novo para os comunistas, porque se dá num momento em que a questão da clandestinidade tornou-se estratégica. Seja pela ameaça permanente das violências da contrarrevolução, seja pelo desprestígio causado pela degenerescência política e ideológica dos "comunistas legais" (o que exige um trabalho lento e firme de recuperação da bandeira do comunismo), seja, finalmente, para disputar as grandes massas intoxicadas pelo culto da legalidade.

Sustentar, nos dias de hoje, aquilo que Lenin defendeu no início do século - "um periódico para toda a Rússia" - para opor-se ao "espírito de círculo" e ao artesanato, é dizer que temos de ter um Partido capaz de aplicar uma política de informação e de comunicações, para todo o país e especialmente para as grandes concentrações operárias.

Esta política certamente não se resolverá, até mesmo por impossibilidade prática, somente através de um instrumento - um jornal, por exemplo - mas através de um sistema de aparatos de comunicação, informação e formação política, dentre os quais um jornal, bem como através da criação de um sistema de referenciais legais, ilegais e semi-legais, que iniciam por uma rede de personalidades com razoável acesso à grande imprensa, passam por inúmeras entidades culturais e vão até os periódicos e as revistas de discussão teórico-filosófico e política.

Esta "rede da contra-hegemonia" seria hoje a versão moderna do "periódico de toda a Rússia" que permitiu aos bolcheviques, não só intervir na luta política mais ampla, como também ampliar a sua organização até os rincões mais remotos da Rússia czarista. Esta rede não é, porém, o Partido. É o Partido mais as suas mediações, compatíveis com o combate ideológico da época dos monopólios e com uma agilidade e flexibilidade, que saiba combinar o que há de mais avançado na legalidade e nas relações desta com o trabalho clandestino.

Se cresceu a importância da luta ideológica e consequentemente cresceu, para o Partido leninista, a sua relação com os intelectuais, bem como aumentou consideravelmente a necessidade de um profundo e permanente trabalho cultural junto à classe operária, aumenta, na sociedade burguesa monopolista moderna, a intensidade de um tipo especial de trabalho partidário: é maior a necessidade de criar quadros superiores oriundos diretamente da classe operária a partir de um trabalho mil vezes mais intenso.

A primeira vista tal afirmativa pode parecer mero obreirismo, aliás tão em voga na ideologia dos movimentos da Igreja e em alguns setores do sindicalismo combativo. Mas esta afirmativa tem suas razões. Ela repousa no reconhecimento de que os comunistas foram derrotados na luta ideológica e que um dos componentes desta derrota foi a criação, no interior da própria classe operária, de um forte sentimento anticomunista que vincula, obrigatoriamente, o comunismo com o que de pior existe na pequena-burguesia ideologicamente decadente ou na intelectualidade oportunista.

O aumento do número de quadros superiores, oriundos do proletariado, de excelente nível teórico e com razoável formação filosófica, deixa de ser uma tarefa importante na vida de um Partido leninista, para tornar-se um trabalho sem o qual será impossível romper a barreira dos preconceitos que a contrarrevolução e o reformismo semearam no interior da classe operária, principalmente nos principais centros operários do país.

- (1) ARTOUS, Antoine. "Revista Perspectiva Internacional", nº 10,
- (2) GAURAUDY, Roger. "O Capitalismo do Século XX", Paz e Terra, pág. 91
- (3) PANNEKORK, Anton. "Debate sobre la huelga de massas", PYP, nº 63, ' pág. 51.
- (4) SCHERRER, Jutta. "História do Marxismo", vol. 3, Paz e Terra, pág.198
- (5) LUKÁCS, Georg. "Teoria Marxista del Partido Politico", PYP 12, pág.84
- (6) LUKÁCS, Georg. "Teoria Marxista del Partido Politico", PYP 12, pág.102
- (7) DANIEL BENSAID Y ALAIN NOIR. "Teoria Marxista del Partido Politico II" PYP 63, pág. 14
- (8) LENIN, V.I. "Que Fazer?" ,Obras Escolhidas, vol. 1, Ed. Alfa Ômega , pág. 173.
- (9) LENIN, V.I. "Que fazer?", Obras Escolhidas, vol. 1, Ed. Alfa Ômega , pág. 165.
- (10) NEGT, Oscar. "História do Marxismo", Paz e Terra, vol. 3, pág. 29.
- (11) LUXEMBURGO, Rosa. "Teoria Marxista del Partido Politico II, PYP 12, pág. 60.
- (12) LUXEMBURGO, Rosa. "Teoria Marxista del Partido Político II, PYP 12 , pág. 50.
- (13) LOWY, Michael. "El marxismo olvidado", Ed. Fontamara, pág. 74.
- (14) GERAS, Norman. "Massas, Partido y Revolucion", Ed. Fontamara, pág. ' 111.
- (15) DANIEL BENSAID Y ALAIN NOIR. "Teoria Marxista del Partido Politico ' II, PYP 12, pág. 14.

[16] LENIN, V.I. "A doença infantil
das, vol. 9, Ed. Alfa Ômega

", Obras Escolhi-

[17] KAUTSKY, Karl. "Debate sobre la huelga de massas", PYP nº 63, pág .
114.